

Gustavo Tepedino
Rodrigo da Guia Silva
Coordenadores

RELAÇÕES PATRIMONIAIS

Contratos, titularidades e responsabilidade civil

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO PRIVADO; DIREITO DO CONSUMIDOR.

Público-alvo/consumidores
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E DE
PÓS-GRADUAÇÃO; ADVOGADOS, MAGISTRADOS,
PROMOTORES, PROCURADORES E PROFISSIONAIS
DO DIREITO EM GERAL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003059



O propósito norteador desta obra é ilustrar a atualidade e a relevância dos debates em curso sobre instigantes aspectos do direito das relações patrimoniais. Destacam-se, inicialmente, os desafios enfrentados em matéria de relações contratuais, ao que se seguem estudos afetos à temática das titularidades. A obra se completa com estudos sobre a responsabilidade civil, disciplina reveladora da necessária compreensão unitária das relações patrimoniais, diante do esmaecimento, ao menos em linha de princípio, da natureza (real ou pessoal) do direito subjetivo violado para fins de configuração do dano injusto e da subsequente deflagração do dever de indenizar.

Os textos contidos neste livro originaram-se de debates levados a cabo na disciplina Direito das Relações Patrimoniais, que congregou pesquisadores do Mestrado e do Doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD-UERJ), durante o ano de 2020.

R382 Relações patrimoniais: contratos, titularidades e responsabilidade civil / Gustavo Tepedino; Rodrigo da Guia Silva (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
426p; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-233-0

1. Direito Civil. 2. Direito Privado. 3. Direito do Consumidor. I. Tepedino, Gustavo. II. Silva, Rodrigo da Guia. III. Título.

CDD: 342.1

CDU: 347.5

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (Coord.). *Relações patrimoniais: contratos, titularidades e responsabilidade civil*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 426p. ISBN 978-65-5518-233-0.

Gustavo Tepedino é Professor Titular de Direito Civil e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Livre-Docente pela mesma Universidade. Doutor em Direito Civil pela *Università degli Studi di Camerino* – Itália. Professor do Programa de Doutorado em Direito Civil Comparado da Universidade de Molise – Itália (2001-2005). Professor Visitante das Faculdades de Direito da Universidade de Poitiers – França (1999) – e de San Francisco – EUA (2002). Pesquisador visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional – Hamburgo/Alemanha (2009 e 2011). *Visiting Scholar* da Universidade de Stanford – Califórnia/EUA (2013-2014). Membro Titular da Academia Internacional de Direito Comparado e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Sócio fundador do escritório Gustavo Tepedino Advogados.

Rodrigo da Guia Silva é Doutorando e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ex-Professor Substituto de Direito Civil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da UERJ, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ). Pesquisador visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional – Hamburgo/Alemanha (2020). Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Privado e Novas Tecnologias do Conselho Federal da OAB. Secretário-Adjunto da Comissão de Direito Civil da OAB-RJ. Sócio do escritório Gustavo Tepedino Advogados.

APRESENTAÇÃO

Gustavo Tepedino, Rodrigo da Guia Silva	11
--	----

Primeiro Eixo – Contratos

ABUSO DE DIREITO POTESTATIVO À LUZ DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA

Camila Helena Melchior Baptista de Oliveira, Renan Soares Cortazio	17
1 Introdução.....	17
2 Qualificação do direito potestativo.....	18
3 A incidência do controle funcional no exercício de direitos potestativos.....	21
4 Abuso de direito potestativo e boa-fé objetiva: quebra de legítimas expectativas suscitadas na contraparte	27
5 Ainda sob a vertente do princípio da boa-fé objetiva: o controle de abusividade na hipótese de adimplemento substancial	32
6 Notas conclusivas	38
Referências	39

EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: CARACTERÍSTICAS, REQUISITOS E EFEITOS

Jeniffer Gomes da Silva, Laís Cavalcanti	43
1 Introdução.....	43
2 Exceção de contrato não cumprido: conceito e características principais	44
3 Requisitos para aplicação da exceção de contrato não cumprido.....	50
3.1 Vínculo sinalagmático.....	51
3.1.1 Sinalagma e obrigações complexas	53
3.1.2 Sinalagma e bilateralidade do contrato	55
3.1.3 Sinalagma e causa do contrato.....	57
3.2 Coetaneidade do adimplemento	58
3.3 Inadimplemento.....	61
3.4 Boa-fé.....	63
4 Efeitos da exceção de contrato não cumprido	65
5 Considerações finais.....	67
Referências	67

CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMIDOR E QUALIFICAÇÃO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES DA ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO (*SHARING ECONOMY*)

Filipe Medon, Camila Ferrão dos Santos	71
1 Introdução.....	71
2 O que é a economia do compartilhamento?	72
3 A função social dos bens e o papel da tecnologia.....	76
4 Incidência do CDC sobre as relações pautadas na economia do compartilhamento	80
5 Análise funcional dos papéis desempenhados pelos sujeitos que integram a relação de consumo compartilhado	84
6 Enquadramento funcional do “provedor direto” do bem ou serviço a ser compartilhado	90
7 Conclusão.....	93
Referências	94

PERFILIZAÇÃO AUTOMATIZADA E O MERCADO DE CRÉDITO
AO CONSUMO: ENTRE PERSPECTIVAS E QUESTÕES SENSÍVEIS À
PESSOA HUMANA

Matheus Baia de Andrade	97
1 Notas introdutórias: a perfilização automatizada da pessoa humana como imperativo da sociedade contemporânea.....	97
2 A oferta de crédito ao consumo e a necessidade inarredável da perfilização de consumidores	102
3 Questões sensíveis atinentes à perfilização automatizada de indivíduos no mercado de crédito	111
4 Conclusão.....	117
Referências	119

SIMULAÇÃO E NEGÓCIO JURÍDICO INDIRETO: DISTINÇÃO A
PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL

Gustavo Souza de Azevedo, Marvio Bonelli	123
1 Introdução.....	123
2 A simulação do negócio jurídico no direito brasileiro	124
3 O uso indireto de negócios jurídicos	136
4 O negócio jurídico com fins indiretos e a simulação.....	143
5 Conclusão.....	147
Referências	148

Segundo Eixo – Titularidades

A FUNÇÃO SOCIAL NA TUTELA POSSESSÓRIA

André Luiz Miranda de Abreu	155
1 Introdução: a função social entre oásis e miragens	155
2 A Constituição de 1988 e a tutela possessória: primeiras reflexões sobre “concessões à necessidade”, intervenção emancipatória e efetividade	159
3 A posse entre tradição e contexto.....	163
4 A tutela possessória na realidade da redemocratização: renitências e congruências.....	166
5 Considerações finais.....	176
Referências	177

RESPONSABILIDADE POR ENCARGOS CONDOMINIAIS
NA MULTIPROPRIEDADE IMOBILIÁRIA: ANÁLISE
FUNCIONALIZADA DO ART. 1.358-L, §2º, DO CÓDIGO CIVIL

Mariana Maia de Vasconcellos	181
1 Introdução.....	181
2 Multipropriedade imobiliária	182
2.1 Breve histórico e qualificação.....	182
2.2 Vantagens e desafios do instituto.....	188
3 Responsabilidade por encargos condominiais na multipropriedade.....	190
3.1 Notas sobre o art. 1.358-L, §2º, CC	190
3.2 Obrigações <i>propter rem</i>	192
3.3 Qualificação e sucessão da obrigação ao pagamento de encargos condominiais.....	195
3.4 Interpretação funcionalizada do art. 1.358-L, §2º, CC.....	199
3.4.1 Investigação da solidariedade entre multiproprietários.....	200
3.4.2 Responsabilidade do adquirente pelos débitos anteriores à alienação do imóvel.....	202
4 Conclusão.....	209
Referências	211

O CONDÔMINO ANTISSOCIAL E A POSSIBILIDADE DE SUA
EXCLUSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Guilherme Marques Botelho, Vinícius Rangel Marques	215
1 Introdução.....	215
2 O enquadramento como condômino antissocial.....	217

3	A gradação entre as multas aplicadas ao condômino antissocial.....	222
4	A expulsão do condômino antissocial.....	225
4.1	Formalidades da expulsão.....	228
4.2	O prazo de duração da expulsão.....	230
4.3	A inovação legislativa com a Lei da Multipropriedade.....	231
5	Notas conclusivas.....	232
	Referências.....	233

Terceiro Eixo – Responsabilidade Civil

DESAFIOS ATUAIS EM MATÉRIA DE DANO MORAL

	Gustavo Tepedino, Rodrigo da Guia Silva	239
1	Introdução.....	239
2	Imprecisões na enunciação teórica de <i>novos danos</i> extrapatrimoniais: do dano estético ao dano existencial.....	241
3	Perspectivas de recondução dos denominados <i>novos danos extrapatrimoniais</i> à unidade dogmática do dano moral.....	252
4	Análise crítica das noções de dano moral <i>in re ipsa</i> e de dano moral da pessoa jurídica.....	259
5	Distinção funcional entre danos morais e seus reflexos na liquidação e na prescrição.....	264
6	Conclusão.....	269
	Referências.....	270

FUNÇÕES PUNITIVA E PREVENTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL: (IN)COMPATIBILIDADES COM A RESPONSABILIDADE CIVIL BRASILEIRA

	João Quinelato, Maria Regina Rigolon Korkmaz	275
1	Introdução.....	275
2	A função punitiva na responsabilidade civil.....	277
2.1	Da sanção à culpa.....	277
2.2	A temerosa importação acrítica dos <i>punitive damages</i>	280
2.3	Função punitiva e dano moral.....	284
3	A função preventiva na responsabilidade civil.....	289
3.1	A prevenção e a tutela da personalidade.....	289
3.2	A (in)admissibilidade da responsabilidade civil sem dano.....	291
3.3	A exemplaridade dos influxos entre prevenção e responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	300
4	Considerações finais.....	302
	Referências.....	303

OS CHAMADOS NOVOS DANOS E ADMISSIBILIDADE DO TEMPO COMO BEM JURÍDICO PASSÍVEL DE TUTELA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

	Amanda Pierre de Moraes Moreira, Danielle Tavares Peçanha	309
1	Notas introdutórias.....	309
2	Os chamados novos danos à luz da valoração funcional dos bens juridicamente tutelados pelo ordenamento.....	310
3	Admissão de dano decorrente da lesão ao tempo no direito brasileiro.....	317
4	Observatório jurisprudencial: manifestações da lesão ao tempo no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	326
5	Considerações finais.....	332
	Referências.....	334

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO INDIRETO: RESGATE DE UM TEMA CLÁSSICO À LUZ DO RE Nº 608880

	Diego Corrêa Lima de Aguiar Dias, Mário Victor Vidal Azevedo	337
1	Notas introdutórias.....	337
2	Uma revisita: o nexa causal (e suas teorias).....	339

3	A teoria da causa direta e imediata na realidade brasileira: conceito e crítica.....	344
4	A flexibilização do nexos causal e a expansão da responsabilidade civil por dano indireto: reflexos jurisprudenciais	350
5	Responsabilidade civil do Estado por crime após fuga do sistema prisional: uma (breve) análise do RE nº 608880	355
6	Considerações finais.....	363
	Referências	365

A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET: SÍNTESE DO DEBATE E UM OLHAR PARA O FUTURO

Vinicius Jóras Padrão	369
1 Introdução.....	369
2 A responsabilidade do provedor de aplicações por conteúdo de terceiros no período pré-Marco Civil da Internet.....	372
3 O artigo 19 do Marco Civil da Internet.....	376
3.1 A “identificação clara e específica” do conteúdo a ser removido	379
4 A constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet .	382
4.1 A análise do tema pelo Supremo Tribunal Federal	382
4.2 Os argumentos pela inconstitucionalidade do regime de responsabilidade dos provedores de aplicações de Internet.....	383
4.3 Outro lado da moeda: argumentos a favor da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet	385
5 Para além do artigo 19: a postura ativa dos provedores de aplicação de Internet	389
6 Conclusão.....	392
Referências	393

CONSIDERAÇÕES SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Marco Antônio de Almeida Lima, Rodrigo Gomes da Mata	397
1 Introdução.....	397
2 Conceitos básicos: <i>big data</i> , algoritmo, <i>machine learning</i> e outras ferramentas da IA	400
3 Como classificar? Características da inteligência artificial	406
4 Desafios da inteligência artificial e responsabilidade civil.....	408
4.1 Desnecessidade de previsibilidade do dano e a inaplicabilidade da teoria do risco do desenvolvimento.....	411
4.2 A determinação do nexos de causalidade na hipótese de danos causados por IA	414
4.3 Regime de Responsabilidade Civil aplicável aos danos causados por IA	417
5 Considerações finais.....	420
Referências	420

SOBRE OS AUTORES.....	423
-----------------------	-----

Amanda Pierre de Moraes Moreira

Mestranda em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogada.
E-mail: pierreamanda@hotmail.com.

André Luiz Miranda de Abreu

Doutorando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: amirandaabreu@uol.com.br.

Camila Ferrão dos Santos

Mestranda em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogada.
E-mail: camilafdsantos@gmail.com.

Camila Helena Melchior Baptista de Oliveira

Mestranda em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogada.
E-mail: camilamelchior@hotmail.com.

Danielle Tavares Peçanha

Mestranda em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogada.
E-mail: tav.danielle@yahoo.com.br.

Diego Corrêa Lima de Aguiar Dias

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mediador de Conflitos pelo MEDIARE. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Associado do escritório Kincaid Mendes Vianna Advogados.
E-mail: diegoaguiardias@gmail.com.

Filipe Medon

Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Substituto de Direito Civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de cursos de Pós-Graduação do Instituto New Law, CEPED-UERJ, EMERJ e do Curso Trevo. Membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB-RJ e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogado e pesquisador.
E-mail: filipemedon@hotmail.com.

Guilherme Marques Botelho

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Residente Jurídico na DPGE/RJ. Advogado.
E-mail: guibotelho64@hotmail.com.

Gustavo Souza de Azevedo

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.
E-mail: gustavos.deazevedo@gmail.com.

Gustavo Tepedino

Professor Titular de Direito Civil e ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Livre-Docente pela mesma Universidade. Doutor em Direito Civil pela *Università degli Studi di Camerino* – Itália. Professor do Programa de Doutorado em Direito Civil Comparado da Universidade de Molise – Itália (2001-2005). Professor Visitante das Faculdades de Direito da Universidade de Poitiers – França (1999) – e de San Francisco – EUA (2002). Pesquisador visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional – Hamburgo/Alemanha (2009 e 2011). *Visiting Scholar* da Universidade de Stanford – Califórnia/EUA (2013-2014). Membro Titular da Academia Internacional de Direito Comparado e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Sócio fundador do escritório Gustavo Tepedino Advogados.
E-mail: gt@tepedino.adv.br.

Jeniffer Gomes da Silva

Mestranda em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora da Clínica de Responsabilidade Civil da UERJ (UERJ resp). Bacharel em Direito pela UERJ.
E-mail: gomes.jeniffer@yahoo.com.br.

João Quinelato

Professor de Direito Civil do IBMEC. Mestre e Doutorando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Presidente da Comissão de Direito Privado e Novas Tecnologias do Conselho Federal da OAB. Secretário Geral da Comissão de Direito Civil da OAB-RJ. Diretor Financeiro do IBDCivil. Advogado.
E-mail: joaquinelato@gmail.com.

Láís Cavalcanti

Mestranda em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sócia do escritório Gustavo Tepedino Advogados.
E-mail: lcg@tepedino.adv.br.

Marco Antônio de Almeida Lima

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.

E-mail: marcoaal92@gmail.com.

Maria Regina Rigolon Korkmaz

Doutoranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito e Inovação, na linha de Direitos Humanos, Pessoa e Desenvolvimento, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi membro do corpo editorial da Revista de Estudos Empíricos em Direito. Advogada. Membro do Observatório de Legislação e Jurisprudência da Comissão de Direito Privado e Novas Tecnologias do Conselho Federal da OAB e da Comissão de Direito, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo da 4ª Subseção da OAB Minas Gerais.

E-mail: mariareginadcr@gmail.com.

Mariana Maia de Vasconcellos

Mestranda em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduada em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Advogada.

E-mail: mm.vasconcellos@outlook.com.

Mário Victor Vidal Azevedo

Mestrando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado formado pela UERJ. Associado do escritório C. Martins Advogados.

E-mail: mariovazevedo@yahoo.com.br.

Marvio Bonelli

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.

E-mail: marviobonelli@gmail.com.

Matheus Baia de Andrade

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Advogado.

E-mail: mbaia.andrade@gmail.com.

Renan Soares Cortazio

Mestrando em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.

E-mail: renancortazio@hotmail.com.

Rodrigo da Guia Silva

Doutorando e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ex-Professor Substituto de Direito Civil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da UERJ, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ). Pesquisador visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional – Hamburgo/Alemanha (2020). Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Privado e Novas Tecnologias do Conselho Federal da OAB. Secretário-Adjunto da Comissão de Direito Civil da OAB-RJ. Sócio do escritório Gustavo Tepedino Advogados.

E-mail: rodrigo.daguiasilva@gmail.com; rgs@tepedino.adv.br.

Rodrigo Gomes da Mata

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.

E-mail: rodrigodamata@icloud.com.

Vinicius Jóras Padrão

Mestrando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador associado ao Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS RIO). Advogado.

E-mail: viniciusjpadrao@gmail.com.

Vinicius Rangel Marques

Mestrando em Direito Civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Grupo de Estudos de Direito Desportivo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEDD – UERJ). Advogado.

E-mail: vrangelmarques@gmail.com.